Resumo Expandido INOVATCC

Marielle Vive: Lutando por direitos - Uma proposta de assentamento agroecológico em Valinhos- SP

Marielle Vive: Fighting for rights - A proposal for agroecological settlement in Valinhos-SP

Daniele A. Silva, Universidade Estadual de Campinas, ap.danielesilva@gmail.com
Silvia A. M. G. Pina, Universidade Estadual de Campinas, smikami@unicamp.br

Como citar:

SILVA, Daniele A.; PINA, Silvia A. M. G. Marielle Vive: Lutando por direitos - Uma proposta de assentamento agroecológico em Valinhos- SP, In: III SIMPÓSIO NACIONAL DE GESTÃO E ENGENHARIA URBANA: SINGEURB, 2021, Maceió. **Anais...** Porto Alegre: ANTAC, 2021. p. 633-638.
Disponível em: https://eventos.antac.org.br/index.php/singeurb/issue/view/14

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho Final de Graduação (TFG) foi desenvolvido no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas ao longo de 2020 e finalizado em 2021, sob o contexto da pandemia de COVID-19. Deste modo, considerando todas as restrições que o isolamento socioespacial ocasiona, o nível de participação social, o envolvimento, as visitas ao lugar e o acesso aos dados foram dificultados. Todavia, procurou-se adaptar as propostas ao meio digital para sua viabilidade.

O contexto da proposta parte da compreensão da lógica vigente nas cidades contemporâneas neoliberais, gerando cada vez mais desigualdades e segregações (SMITH, 2009). Essa crise urbana, promovida pela lógica mercadológica (HARVEY, 2012), faz com que um grande número de pessoas não tenha acesso a direitos humanos básicos como à moradia digna, à saúde, à educação, à cultura, ao lazer, à natureza e, portanto, à cidade na sua totalidade.

A proposta também aborda o conceito ampliado do habitar e sua relação com os processos participativos. O habitar não se reduz à unidade habitacional em si, mas sim contempla uma gama de equipamentos, serviços e direitos associados (PELLI, 2007), como direito à cidade, saúde, educação, esporte, lazer e, inclusive, à natureza. O autor destaca que, no caso de áreas rurais, a interação entre a unidade habitacional e o tecido físico e social, provoca um impacto ainda mais direto na vida doméstica e no apoio físico do que em áreas urbanas, devido à relação de subsistência que existe com a terra. Assim, os processos participativos se apresentam como uma das formas de responder aos problemas político-sociais das cidades ao dar voz e espaço às opiniões, valores e desejos dos usuários, garantindo cidadania e democracia na concepção dos espaços (BARONE; DOBRY, 2004).

Para o contexto do acampamento, a proposta incorporou os conceitos das Soluções baseadas na natureza [SBN] na busca de alternativas para a restauração de ecossistemas degradados, adaptação e mitigação das mudanças climáticas e gerenciamento de riscos e resiliência. Esses conceitos foram relacionados às metas de desenvolvimento sustentável por meio das 17 ODS da Agenda 2030, indicando a seleção de algumas infraestruturas verde aplicáveis às áreas não-urbanas, como os agro-ecosistemas, áreas ou parques protegidos, corredores verdes, dentre outras (SOMARAKIS et al., 2019). A associação desses conceitos e agendas que guiaram as decisões projetuais está alinhada ao metabolismo urbano-rural integrado (MANCEBO, 2014), onde as três escalas de ação são complementares: a do bairro, a da cidade e a das áreas agrícolas e naturais adjacentes. Isso porque não é concebível abordar as questões de sustentabilidade considerando apenas as áreas de grande densidade urbanas, sendo crucial agregar as áreas integradas como as rurais, naturais e periurbanas a fim de incluir a maioria dos fluxos do metabolismo urbano.

O objetivo geral deste TFG é apresentar uma proposta de implantação de um assentamento agroecológico para o atual acampamento Marielle Vive, ligado ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), cujas famílias lutam pelo direito à terra. Localizado na zona rural de Valinhos (SP), iniciou em 2018 com a ocupação da Fazenda Eldorado, que estava abandonada e improdutiva há mais de dez anos, desrespeitando a função social da terra. O desafio da proposta se relaciona justamente ao fato de se propor um assentamento agroecológico em terras ocupadas por famílias ligadas ao MST na zona rural, que valorize as questões ambientais, numa uma cidade reconhecida pela primazia de condomínios e loteamentos fechados de alto padrão.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A construção da proposta previa, inicialmente, um roteiro para projeto participativo que incluía estratégias como poema dos desejos, árvore dos sonhos, biomapa comunitário/maquete e jogo de cartas de valor desejado. Contudo, o agravamento da pandemia e das condições de isolamento conduziram à adaptação para identificar e reconhecer as demandas e preferências dos moradores. No período anterior à pandemia, foram realizadas visitas técnicas, consultas às lideranças, moradores e apoiadores do acampamento , registros fotográficos e alguns mapeamentos preliminares, permitindo construir a leitura do lugar e um programa de necessidades. O estabelecimento desse contato foi fundamental para outras consultas e trocas durante a pandemia , por meio de plataformas remotas para uma proposta de implantação.

Também se realizou um extenso levantamento documental, Revisão bibliográfica sobre temas pertinentes à pesquisa, estudo de casos de assentamentos agroecológicos já implantados no país e análise de referências projetuais pertinentes para apoiar decisões técnicas, de materialidade e viabilidade.

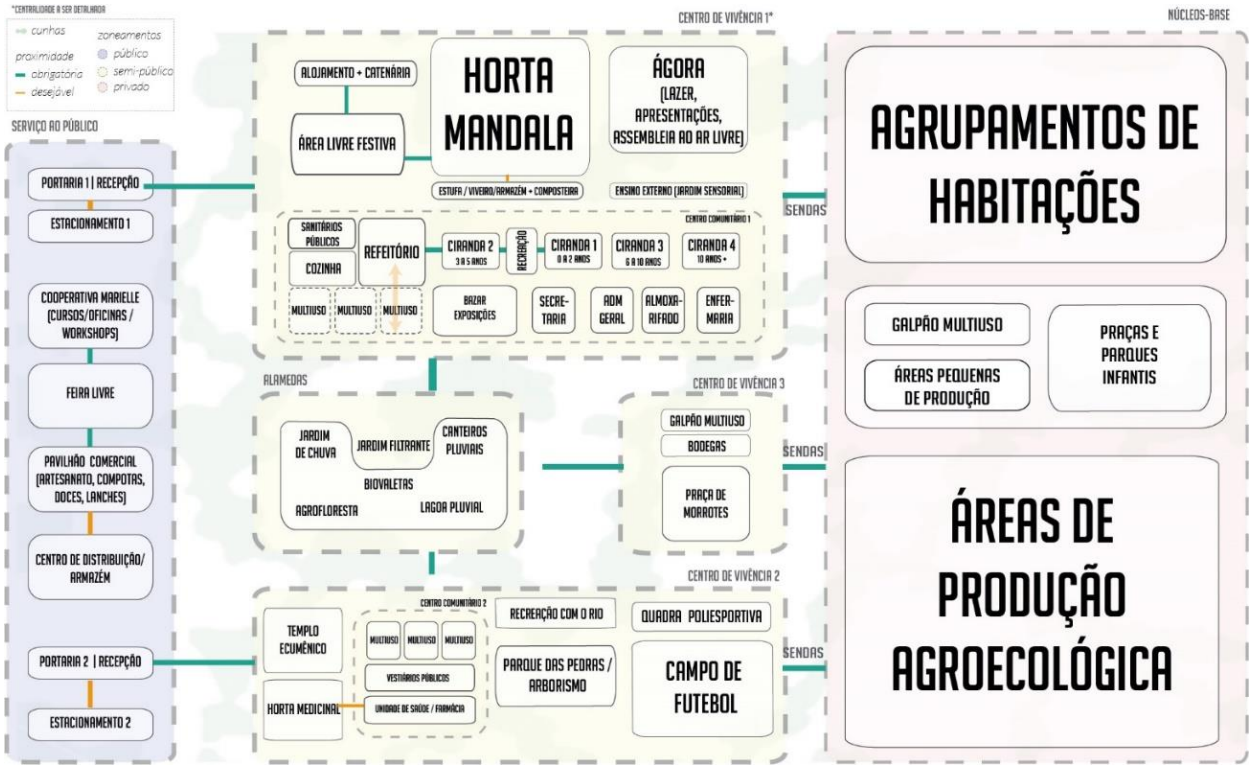
3 A PROPOSTA DO ASSENTAMENTO AGROECOLÓGICO MARIELLE VIVE

Os estudos, diálogos e levantamentos realizados, levaram à compreensão dos elementos que caracterizam espacialmente a Fazenda Eldorado e que são bastante heterogêneos, implicando, portanto, em uma proposta de implantação espacialmente diversa. Isso porque as APP's, os afloramentos rochosos, o tipo de solo, as vegetações em conjunto com a topografia desigual foram norteadoras para as decisões projetuais. Nesse sentido, uma vez identificados estes elementos como desafios territoriais, compreendeu-se que a produção agroecológica precisaria ser, necessariamente, coletiva para que não houvesse uma distribuição injusta entre os Núcleos Base [NB's]. Para o assentamento das famílias, buscou-se manter os agrupamentos dos NB's o mais próximo possível de localização atual no acampamento para que se mantivesse ao máximo

os vínculos espaciais já criados. Desta forma, tomou-se como ponto de partida tais pré-existências físico-territoriais, bem como os preceitos do MST de produção e habitação coletiva.

O programa de necessidades (Figura 1) destaca o gradiente de privacidade e a hierarquia espacial propostos, setorizando as áreas de serviço ao público, as centralidades e os NB's.

Figura 1 – Diagrama Programa de Necessidades

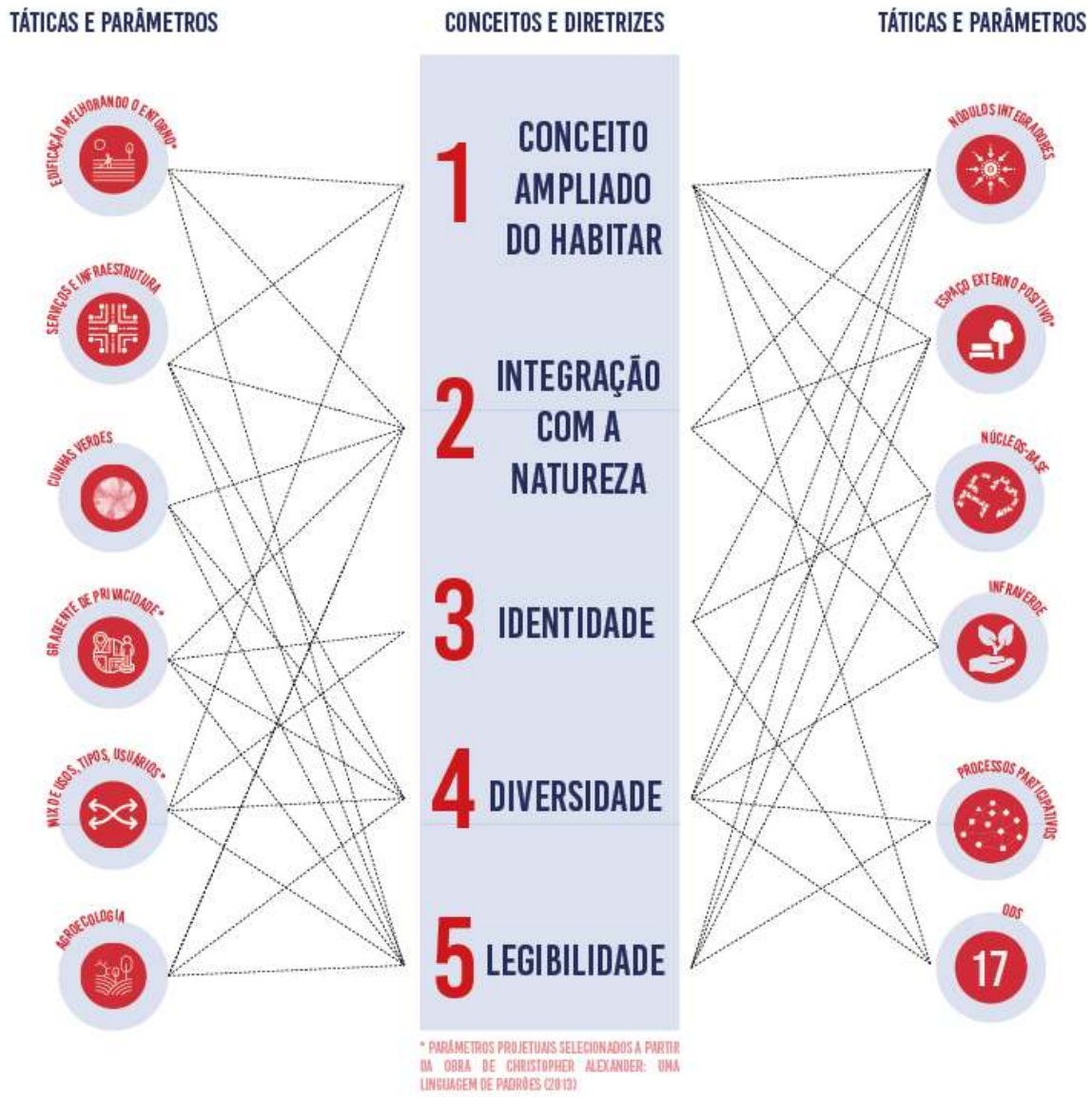


Fonte: Autores (2021)

Os conceitos e diretrizes de implantação geral do assentamento relacionam-se ao tripé estabelecido: conceito ampliado do habitar, habitar/produzir em meio à natureza e processos participativos. A Figura 2 o processo de projeto e as diretrizes e as 12 táticas e parâmetros associados aos conceitos principais, preponderando a articulação com a temática ambiental ao propor cunhas verdes, agroecologia, infraestruturas-verde e bioconstrução.

Por demanda da comunidade do assentamento, considerando as necessidades, foi realizado o detalhamento da principal Centralidade, onde o Centro Comunitário exerce o papel de âncora entre os programas, unindo-se ao patamar de conexão dos NB's, integrando a ágora conectada à horta mandala existente e à área livre festiva e, que por sua vez, integra-se à catenária de bambu e ao alojamento.

Figura 2 – Esquema de diretrizes de implantação



Fonte: Autores (2021)

4 CONCLUSÕES

A luta por direitos na cidade contemporânea neoliberal pode se desenrolar por meio de muito trabalho de base, já que para se transformar esse panorama complexo é necessário enfrentar e reivindicar. O MST já demonstra que uma das principais formas de unificar a luta é trabalhar em grupo. Deste modo, este TFG buscou, por meio do processo participativo, principalmente via digital, apresentar um programa de necessidades, uma proposta de implantação e um detalhamento o mais próximo possível das demandas e preferências dos moradores. Com essa experiência, foi possível depreender que, ainda com o isolamento, por meio de encontros via internet foi possível o diálogo e apontamento de questões a serem ajustadas ou acrescentadas para a finalização do projeto.

Especificamente sobre a Centralidade principal, os espaços coletivos propostos possuem a intenção de fornecer uma estrutura para fomentar ainda mais a luta por direitos do Marielle. A ágora ao oferecer um espaço para assembleias/apresentações; o alojamento para receber pessoas para troca de experiências; a ciranda para incentivar os sem-terrinhas; a horta-mandala como o maior símbolo da agroecologia, ao demonstrar a importância da soberania alimentar; as soluções de infraestrutura-verde que reforçam a preocupação sustentável; o refeitório/cozinha ao reforçar a importância do coletivo; e, a catenária/área festiva para comemorações. Em suma, o Centro de Vivência busca expressar e expandir a troca e a organização coletivas para subsidiar a continuidade da luta por direitos.

5 REFERÊNCIAS

BARONE, A. C. C.; DOBRY, S. A. Arquitetura participativa na visão de Giancarlo de Carlo. **Pós.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, n. 15, p. 18-31, 2004.

HARVEY, D. **O direito à cidade**. Lutas sociais, n. 29, p. 73-89, 2012.

MANCEBO, F. It's Not Only City Design—We need to integrate Sustainability across the Rural-Urban Continuum. In: **The Nature of Cities**, 24 mar 2014. Disponível em: <https://www.thenatureofcities.com/2014/03/24/its-not-only-only-city-design-we-need-to-integrate-sustainability-across-the-rural-urban-continuum/>. Acesso em: 24 maio 2020.

PELLI, V. S. **Habitar, participar, pertenecer**: acceder a la vivienda incluirse en la sociedad. Buenos Aires: Nobuko, 2007.

SMITH, N. **¿Ciudades después del neoliberalismo: ciudades y caos sistémico**. Barcelona, Universitat Autònoma de Barcelona, p. 9-30, 2009.

SOMARAKIS, G., STAGAKIS, S., & CHRYSOULAKIS, N. (eds.). **Nature-Based Solutions Handbook**. ThinkNature project: EU Horizon. 2019. doi:10.26225/ jerv-w202